

Ignacio Carbajosa

RECUPERAR A CONFIANÇA NOS EVANGELHOS

Madri, 30 de março de 2011

APRESENTAÇÃO DO LIVRO DE

JOSEPH RATZINGER

BENTO XVI

Jesus de Nazaré. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição

Este texto pretende ser uma ajuda à leitura do livro de J. Ratzinger / Bento XVI, Jesus de Nazaré. Em primeiro lugar, para compreender a sua envergadura histórica. O livro do Papa representa, com efeito, uma grande contribuição para superar a fratura entre saber e crer que há mais de dois séculos constitui um dos grandes desafios à nossa fé. Nos finais do século XVII surgiu a pretensão iluminista de conhecer verdadeiramente o Jesus histórico, ou seja, o “verdadeiro” Jesus. Trata-se de uma pretensão nascida de um preconceito sobre aquilo que a Igreja transmitira até esse momento: o Jesus confessado pela fé não era objeto de conhecimento histórico. Segundo certos autores, os Evangelhos teriam comunicado uma imagem de Jesus nascida da fé na sua divindade e da devoção. E isso teria impedido de conhecer o verdadeiro Jesus.

Com este livro o Papa aborda a fratura entre saber e crer que se esconde no próprio coração da fé: a pessoa de Jesus. Entrando na “arena” da interpretação dos textos, e em diálogo com os grandes exegetas, mostra a razoabilidade da imagem de Jesus transmitida pelos Evangelhos, afirmando que a fé, que está na origem da redação do Novo Testamento, é verdadeiro conhecimento de Jesus. Aliás, a fé é o pressuposto adequado para compreender o que encontramos escrito no texto sagrado. Podemos, deste modo, recuperar a confiança nos Evangelhos canônicos: neles encontramos os traços inconfundíveis daquela Presença que está em ação hoje entre nós.

Ignacio Carbajosa

Professor ordinário de Sagrada Escritura na

Faculdade de Teologia “San Dámaso”, Madri

1. Uma parábola histórica

O livro que nos ocupa poderia, num certo sentido, apresentar-se como uma obra que se situa na conclusão de uma longa e curiosa parábola histórica. A parábola que vai da *Vida Crítica de Jesus* do protestante Reimarus ao *Jesus de Nazaré* de J. Ratzinger / Bento XVI. Uma parábola que abrange mais de dois séculos de investigação exegética sobre Jesus, que acompanhou passo a passo a história das ideias e exerceu uma evidente influência sobre a imagem que o povo cristão tem dos Evangelhos.

De fato, em 1774 G.E. Lessing publica a obra póstuma de H.S. Reimarus, que pode ser considerada como a primeira proposta crítica de uma vida de Jesus. Reimarus era teísta, quer dizer, uma pessoa que crê em Deus, mas não na revelação, nos milagres ou nas intervenções sobrenaturais. A sua obra pretende constituir um ataque à historicidade dos relatos bíblicos [quer do Antigo Testamento (AT), como a passagem do Mar Vermelho; quer do Novo Testamento (NT), como os relatos da Ressurreição]. De um ponto de vista racionalista evidenciava as contradições e a não plausibilidade histórica dos mesmos. Visava a destruir o cristianismo tradicional, com base na revelação bíblica e nos milagres, para o substituir pela religião natural ou racional professada pelos intelectuais do Iluminismo e da “era da razão”.

Reimarus afirma, por exemplo, que foram os próprios discípulos que levaram sorrateiramente o corpo de Jesus. Não queriam regressar aos seus trabalhos nem ser alvo de piada das pessoas. Assim, inventaram toda uma história. Para corroborar o seu relato rechearam-no com citações do AT e apresentaram Jesus como alguém que se tinha autoproclamado o Messias sofredor. Para reforçar estas teorias falaram do fim iminente e do mal que atingiria os que não tivessem acreditado.

Desde então e até ao fim do século XIX proliferaram as *Vidas de Jesus*: Paulus, de Wette, Baur, Strauss, Wrede, etc. Todas começam, e por vezes concluem, com a separação radical entre o Jesus que realmente existiu e o que nos foi transmitido pelos Evangelhos, uma criação da Igreja. Esta investigação desenvolveu-se exclusivamente no meio protestante durante quase um século. Porém, o racionalismo que dominava

estes estudos acabou também por seduzir o campo católico. Em 1863, Renan, que tinha sido seminarista católico, publica a sua *Vida de Jesus*, que terá um enorme sucesso na França. No prefácio desta obra afirma: “Dia e noite, ousou dizer, refleti sobre estes problemas, que devem ser discutidos sem preconceitos e unicamente com as forças da razão”¹. Infelizmente esta declaração de intenções partia de uma concepção profundamente racionalista da razão, filha da sua época. Este texto sobre a questão dos milagres é um claro exemplo dos seus pressupostos:

“Os milagres narrados nos Evangelhos não têm realidade e [...] os Evangelhos não são livros escritos com a participação da Divinidade. Estas duas negações não são para nós resultado da exegese, mas precedem-na. São fruto de uma experiência que não foi efetivamente desmentida. Os milagres são coisas que nunca acontecem; só os crédulos os vêem; não se consegue citar um só milagre produzido diante de testemunhas com capacidade de o constatar; não foi demonstrada nenhuma intervenção especial da Divinidade, nem na criação de um livro, nem em nenhum outro acontecimento. Portanto, quando se admite o sobrenatural está-se fora da ciência, admite-se uma explicação que nada tem de científica, uma explicação da qual tanto o astrônomo como o físico, o químico, o geólogo e o fisiologista prescindem, e da qual também o historiador deve prescindir. Descartamos o sobrenatural pela mesma razão que nos faz descartar a ideia da existência dos centauros e dos hipógrifos: a razão é que nós não nunca os vimos. Não é principalmente por me ter sido demonstrado que os evangelistas não merecem credibilidade absoluta que eu não admito a existência dos milagres. Mas é por eles relatarem milagres que eu digo: “Os Evangelhos são lendas; podem conter alguma história, mas certamente nem tudo é histórico”².

O caso Renan não será o único episódio polêmico no âmbito católico. No início do século XX, Alfred Loisy, inicialmente um paladino católico que se opunha aos ataques de A. von Harnack contra o fundamento histórico do cristianismo, acabou ele mesmo negando a historicidade dos relatos da Paixão e da Ressurreição, bem como a intenção, por parte de Jesus, de fundar a Igreja.

¹ E. Renan, *Vita di Gesù*, Bur, Milano 2008, p. 40.

² *Id.*, p. 36-37.

A conclusão desta primeira fase de investigação sobre a vida de Jesus é constituída pela obra de Albert Schweitzer, *História da Investigação sobre a Vida de Jesus (Geschichte der Leben-Jesu-Forschung)*, publicada nos inícios do século XX, que reúne quase um século e meio de estudos. As suas conclusões cobrem com um véu de ceticismo a possibilidade de conhecer o Jesus histórico por meio da investigação crítica. E ao mesmo tempo expõe com grande maestria os pressupostos que orientavam os autores das numerosas *Vidas de Jesus*:

“A investigação histórica sobre a vida de Jesus não partiu do mero interesse histórico, antes tem procurado o Jesus da história como aquele que a podia ajudar na luta de libertação do dogma”³.

Apareceram tantos modelos de Jesus quantos os seus biógrafos, que não faziam mais do que projetar sobre a vida de Jesus as suas categorias pessoais: “as sucessivas épocas da teologia têm encontrado os seus pensamentos em Jesus e não o teriam podido fazer reviver de outra forma. N’Ele não se viram apenas refletidas as várias épocas, mas aconteceu também que os indivíduos o recriaram à medida da sua própria personalidade”⁴.

É curioso que o ceticismo no âmbito protestante durante as primeiras décadas do século XX, relativamente à possibilidade de chegar ao Jesus histórico, coincidissem com uma proliferação de *Vidas de Jesus* no âmbito católico, construídas a partir da confiança no testemunho dos Evangelhos. O próprio Ratzinger o recorda no prefácio do primeiro volume de *Jesus de Nazaré*, que pretende ser um prefácio de toda a obra:

“No tempo da minha juventude – nas décadas de 1930 e 1940 –, houve uma série de livros verdadeiramente entusiasmantes sobre Jesus: Karl Adam, Romano Guardini, Franz Michel Willam, Giovanni Papini, Jean Daniel-Rops, para apenas citar alguns nomes. Em todos esses livros, o retrato de Jesus era esboçado a partir dos Evangelhos, tal como Ele como homem viveu sobre a terra, mas – sendo totalmente homem – tendo trazido ao mesmo tempo Deus ao homem, com o qual Ele, enquanto Filho, era um só. Deste modo, por meio do homem Jesus tornava-se visível Deus, e, a partir de Deus, a imagem correta do homem” (vol. I, p. 9).

³ A. Schweitzer, *Storia della ricerca sulla vita di Gesù*, Bréscia, Paideia, 1986, p. 74.

⁴ *Ibid.*

Mas o ceticismo predominante no campo protestante relativamente à figura histórica de Jesus muito cedo penetrou na Igreja católica. E o fez pela forte influência que o exegeta protestante R. Bultmann exerceu sobre a investigação bíblica de qualquer tendência. Bultmann representa o fruto mais maduro do ceticismo posterior à obra de Schweitzer, e chega a legitimar a divisão radical entre o Jesus histórico e o Cristo da fé. O primeiro é inatingível e, de resto, não nos interessa. Afirmamos unicamente o segundo, fruto do processo de desmitificação dos Evangelhos. Livrando os relatos evangélicos dos ornatos míticos, chegamos ao cerne da proposta de fé cristã. É a palavra que tem valor, o primeiro *kerygma* da Igreja. Para transmitir esta palavra criam-se os relatos, os fatos. Dar crédito à forma destes relatos, tal como chegaram até nós significaria pecar por ingenuidade. É precisamente por isso que Bultmann não julga fazer nenhum mal com o seu radicalismo histórico, pelo contrário:

“Nunca me preocupou o meu radicalismo crítico (...). Com muita calma deixei o fogo queimar, porque vejo que o que se consome são apenas os retratos infantis da teologia da Vida de Jesus” (Bultmann, 1927).

No entanto, alguns discípulos de Bultmann preocuparam-se, e não pouco, precisamente com o radicalismo do mestre e, sobretudo, com a ausência de um fundamento histórico no qual basear a fé em Jesus. Nasce assim a *New Quest*, ou segunda investigação do Jesus histórico, cujo representante mais eminente é Käsemann. Este movimento, que pretendia recuperar a confiança em Jesus a partir da investigação histórica, terá vida breve e será pouco influente, talvez porque a agenda exegética, teológica e eclesial nos anos Sessenta e Setenta se ia transferindo para outras questões.

Daqui resultou que, quer no campo protestante quer no católico, a fratura entre o Jesus histórico e o Cristo da fé se consolidou quase como um dogma, sobretudo no exercício prático da exegese dos Evangelhos e, conseqüentemente, na teologia fundada sobre esta. Em síntese, os Evangelhos refletem a fé da Igreja, uma fé pós-pascal em Jesus ressuscitado. Mas o Jesus “pré-pascal”, que não passou através da fé das testemunhas, era outro.

2. Um grande desafio ao *intellectus fidei*

Ratzinger, no prefácio a toda a obra *Jesus de Nazaré*, descreve bastante bem as consequências que esta posição acarreta para o povo cristão:

“Como resultado comum de todas estas tentativas [referindo-se às reconstruções do Jesus histórico realizadas pela pesquisa científica a partir da década de 1950], ficou a impressão de que sabemos com segurança pouco sobre Jesus e de que a fé na sua divindade só posteriormente é que tenha formado a sua imagem. Esta impressão, entretanto, ganhou mais terreno na consciência geral da cristandade. Uma tal situação é dramática para a fé, porque se torna inseguro o seu ponto de referência mais autêntico: a íntima amizade com Jesus, da qual tudo depende, ameaça cair no vazio” (vol. I, p. 10).

Com efeito, afirma Ratzinger no mesmo prefácio, “mas o que é que pode significar a fé em Jesus Cristo, o Filho do Deus vivo, se o homem Jesus for totalmente diferente daquele que os evangelistas representam e daquele que a Igreja, partindo dos Evangelhos, anuncia?” (vol. I, p. 9).

Foi este gravíssimo problema, levantado pelo *intellectus fidei*, que induziu o teólogo Ratzinger a empreender o trabalho de que estamos falando. Ele próprio considerava este trabalho urgente, como resulta evidente do fato de semelhante projeto não ter sido deixado de lado após a eleição de Ratzinger para a cadeira de Pedro.

Chegados a este ponto temos de interrogar-nos: que novidade representa esta obra no âmbito da exegese moderna, dado que um Papa quis entrar na “arena” da discussão científica? Por outras palavras, em que sentido podemos afirmar que esta obra se situa no fim de uma parábola histórica que vai da desconfiança nos Evangelhos à confiança nestes?

Esta pergunta torna-se num certo sentido mais premente se tivermos em conta que, nos últimos quinze ou vinte anos, tanto a exegese católica quanto a protestante se vêem implicadas naquilo que é conhecido como *Third Quest*, ou terceira investigação do Jesus histórico, com uma vasta produção bibliográfica. Não bastará esta nova corrente para restaurar a confiança no testemunho sobre Jesus transmitido pelos Evangelhos? Infelizmente a *Third Quest*, embora com pontos de vista e níveis de seriedade muito diversos, não é imune a uma última dúvida a propósito desse

testemunho. Os exemplos mais sérios desta produção introduzem novos conhecimentos históricos sobre o contexto de Jesus, contribuindo para fazer emergir a sua figura com mais vivacidade e profundidade. Mas continua a ser muitas vezes uma figura nebulosa que vem do passado, com poucos traços “frescos”. É a essa corrente que alude Ratzinger no prefácio a este segundo volume do seu *Jesus de Nazaré* dizendo:

“O ‘Jesus histórico’, como aparece na corrente principal da exegese crítica a partir dos seus pressupostos hermenêuticos, é demasiado insignificante no seu conteúdo para chegar a ter uma grande eficácia histórica; é demasiado ambientado no passado para tornar possível uma relação pessoal com Ele” (vol. II, p. 14).

Portanto, a questão é se podemos razoavelmente dar crédito à imagem de Jesus que nos transmitem os Evangelhos, livros canônicos e inspirados. Se assim não fosse, deveríamos interrogar-nos se fará sentido tentar recuperar, através da investigação histórica, os traços de uma figura que inevitavelmente pertenceria ao passado.

Responder a pergunta sobre a novidade do livro de que estamos tratando (que se identifica com a pergunta sobre o motivo por que este projeto não ficou na gaveta do teólogo Ratzinger eleito Papa) leva-nos a apresentar os dois eixos pelos quais se rege a sua originalidade. O primeiro seria o fundamento metodológico; o segundo, o exercício prático da exegese, enquanto ilustração paradigmática desse fundamento. Prossigamos por ordem.

3. O fundamento metodológico

A preocupação com o aspecto metodológico da exegese não é nova em J. Ratzinger. A conferência proferida pelo então cardeal em Nova Iorque, em 1988, e seguidamente publicada como *L'interpretazione biblica in conflitto. Problemi del fondamento ed orientamento dell'esegesi contemporanea*⁵, cedo se converteu num dos marcos do debate hermenêutico que a partir de então cresceu enormemente, um debate em que

⁵ J. Ratzinger, “L'interpretazione biblica in conflitto. Problemi del fondamento ed orientamento dell'esegesi contemporanea”, in AA.VV., *L'esegesi cristiana oggi*, Piemme, Casale Monferrato (AL) 1991, p. 93-125.

o próprio Ratzinger interveio em outras ocasiões, não só como cardeal, mas também como Papa.

Nessa conferência, o cardeal ilustrava as premissas filosóficas que puseram em andamento grande parte da exegese dominante, pondo em causa a sua pretensão de ser uma disciplina científica com resultados comparáveis, em termos de exatidão, aos do mundo científico. Além disso, frisava outra questão que, com o tempo, viria a ser central em qualquer debate: como unir de modo equilibrado os dois princípios metodológicos da exegese apresentados pela constituição dogmática *Dei Verbum* no número 12: uma exegese simultaneamente histórica e teológica. O próprio Ratzinger considera que o Concílio apresenta de modo adequado as duas dimensões a afirmar, mas não esclarece como se podem integrar numa só exegese:

“O Concílio Vaticano II não criou certamente este estado de coisas, mas também não foi capaz de impedi-lo. A Constituição sobre a Revelação Divina procurou estabelecer um equilíbrio entre os dois aspectos da interpretação, a ‘análise’ histórica e a ‘compreensão’ global (...). Pessoalmente estou convencido de que uma leitura atenta do texto integral da *Dei Verbum* permitiria encontrar os elementos essenciais para uma síntese entre o método histórico e a ‘hermenêutica’ teológica. A sua concordância, porém, não é imediatamente evidente”⁶.

É sobre este ponto que o Papa Ratzinger tem sido mais incisivo nos últimos anos, num panorama exegético mais aberto ao debate metodológico (em parte graças aos seus próprios contributos). Na sua intervenção na Aula, durante a XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos dedicada a “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”, Bento XVI recordava a “necessidade de ter presentes na exegese os dois níveis metodológicos indicados pelo n. 12 da *Dei Verbum*, onde se discorre sobre a necessidade de desenvolver uma exegese não somente histórica, mas também teológica”⁷. Esta observação foi retomada, nos mesmos termos, na Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* (n. 34), o mais importante documento magisterial sobre a Bíblia a seguir à Constituição *Dei Verbum*.

⁶ *Id.*, cap. I, parte 1.

⁷ Bento XVI, Intervenção na XIV Congregação Geral da XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, Sala do Sínodo, 14 de outubro de 2008.

No segundo volume de *Jesus de Nazaré* insiste novamente na dupla dimensão metodológica da exegese:

“Com gratidão, registro ainda o fato de a discussão sobre o método e a hermenêutica da exegese, e também sobre a exegese como disciplina, simultaneamente histórica e teológica, se ir tornando mais animada, apesar de não poucas resistências em face de passos novos”⁸ (vol. II, p. 12).

Esta insistência metodológica não é gratuita. Se a exegese tem dado grandes passos para frente enquanto disciplina histórica, o mesmo não se pode dizer enquanto disciplina teológica, ou seja, como ajuda para a compreensão total da Palavra de Deus. No prefácio a este segundo volume do livro mostra-se particularmente incisivo:

“Se a exegese bíblica científica não quer exaurir-se em hipóteses sempre novas, tornando-se teologicamente insignificante, deve realizar um passo metodologicamente novo e voltar a reconhecer-se como disciplina teológica, sem renunciar ao seu caráter histórico. Deve aprender que a hermenêutica positivista de que parte não é expressão da razão exclusivamente válida que se encontrou definitivamente a si mesma, mas constitui uma determinada espécie de razoabilidade historicamente condicionada, capaz de correção e acréscimos, e necessitada deles. Tal exegese deve reconhecer que uma hermenêutica da fé, desenvolvida de forma justa, é conforme ao texto e pode unir-se a uma hermenêutica histórica ciente dos próprios limites para formar um todo metodológico” (vol. II, p. 12).

Neste contexto é particularmente evidente a observação a propósito da razão. A exegese predominante não sofre de falta de instrumentos ou de perícia no seu manuseamento, mas do problema do uso inadequado da razão que, evidentemente, impede uma adequada compreensão da Escritura. Foi isso que no famoso discurso de Ratisbona o Papa designou como a “autolimitação moderna da razão”, por causa da qual se afirma que “são universais apenas a razão positivista e as formas de filosofia dela derivadas” e, por conseguinte, o divino fica excluído “da universalidade da

⁸ Entre os estudos recentes que abordam a questão de como articular uma exegese ao mesmo tempo histórica e teológica, veja-se também, I. Carbajosa, *De la fe nace la exégesis. La interpretación de la Escritura a la luz de la historia de la investigación sobre el Antiguo Testamento* (Estella 2011), de que está prevista uma tradução italiana.

razão”⁹. Mais adiante veremos alguns exemplos desta “autolimitação” retirados do livro que estamos trabalhando.

Também a respeito deste ponto, Papa Ratzinger se encontra no final de outra parábola histórica, concretamente na que a razão moderna tem descrito nos três últimos séculos no Ocidente. Não por acaso ambas as parábolas históricas, a da razão e a da exegese, caminham lado a lado: compreender esta estreita ligação foi o que permitiu a Ratzinger ter um olhar lúcido sobre o problema da exegese. De fato, o Iluminismo partira com uma exaltação da razão autônoma que, com o tempo, tem relegado o crer e o fato religioso para a esfera do irracional ou, pelo menos, da falta de razão. Fé e razão não tinham qualquer relação. Nesse sentido a Igreja Católica e o seu magistério surgiam como um entrave ao conhecimento, do qual parecia justo se livrar. A entronização da deusa Razão em Notre-Dame de Paris em 1793 ilustra claramente este programa.

Paradoxalmente o percurso histórico da “autolimitação moderna da razão” conduziu ao “pensamento débil” que na pós-modernidade, na prática, abandonou a razão. No debate público fala-se muito de liberdade e de aumento dos direitos, mas poucos se cingem a razões determinadas ou à razão em geral. É paradoxal que no início do século XXI tenha sido exatamente um Papa – o Papa que dialoga com Habermas – a interpelar o Ocidente, dizendo-lhe que “tenha coragem” para recuperar a razão, para “um alargamento do nosso conceito de razão e do seu uso”¹⁰.

O objeto da exegese, a Escritura, é testemunha de um fenômeno religioso com particular expressividade histórica. Só uma razão apta a aproximar-se do seu objeto adotando esta dupla dimensão será capaz de compreendê-lo verdadeiramente. Daí a insistência de Ratzinger em se dever reconhecer a exegese como disciplina teológica sem renunciar ao seu caráter histórico. Só assim se irá chegar àquilo que Bento XVI chama, no presente livro, “uma totalidade metodológica”. Só assim é possível habitar aquela “terra ignota” ou “região desconhecida” (*weiße Fleck*) que segundo Norbert

⁹ Bento XVI, Discurso “Fé, Razão e Universidade. Recordações e Reflexões”, Aula Magna da Universidade de Regensburg, 12 de setembro de 2006.

¹⁰ *Id.*

Lohfink existe em DV 12, aquela onde coabitam a metodologia crítica e a hermenêutica teológica¹¹.

Atualmente é cada vez mais frequente o exegeta reconhecer a necessidade de chegar à teologia. Noutros termos, reconhece-se com mais simplicidade que a exegese deve ser histórica e ao mesmo tempo teológica. Mas chegar a articular de modo harmônico as duas dimensões numa única interpretação bíblica é, sem dúvida alguma, o problema central da exegese contemporânea. É este o trabalho que o Papa chama a si próprio no presente livro.

4. O exercício prático da exegese

Sem dúvida que é necessário um fundamento teológico que mostre a unidade articulada da exegese, crítica e ao mesmo tempo teológica. Mas é igualmente evidente que o exercício de uma exegese que, na prática, mostre a modalidade com que ambas as dimensões concorrem fecundamente para o estudo do único objeto, a Escritura, testemunho da Revelação, se torna decisivo para a finalidade de persuadir-nos da bondade desta abordagem unitária.

É precisamente aquilo que Ratzinger / Bento XVI quis fazer no presente livro, como confessa no prefácio a esta segunda parte:

“Naturalmente, essa união de dois gêneros de hermenêutica muito diferentes entre si é uma tarefa a realizar sempre de novo. Mas tal união é possível [...]. Não pretendo afirmar que, no meu livro, essa união das duas hermenêuticas seja uma realidade já perfeitamente efetuada; mas espero ter dado um bom passo nessa direção” (vol. II, pp. 12-13).

Não era possível levar a cabo uma empresa deste calibre sem correr o risco de descer “à arena” da interpretação dos textos, entrando nos problemas e nas questões discutidas. Um risco que Ratzinger / Bento XVI correu, consciente daquilo que estava em jogo. Se em vez deste projeto o Papa tivesse concebido uma obra de “espiritualidade”, uma *Vida de Jesus* que, tomando como ponto de partida os Evangelhos, recriasse o mundo interior do Papa, sem outras pretensões, estaríamos

¹¹ Cf. N. Lohfink, “Der weiße Fleck, in *Dei Verbum, Artikel 12*”, *Trierer theologische Zeitschrift*, n. 101 (1992), p. 20-35.

perante a enésima recriação da figura de Jesus, a partir da fé, destinada a preencher o vazio deixado pelos frios estudos exegéticos sobre os Evangelhos. Mas o dualismo entre exegese científica e teologia crente iria permanecer intacto.

Entrar na discussão exegética significa enfrentar os melhores espadachins da interpretação bíblica. Por isso, não é de admirar que nas páginas deste livro desfilem as figuras mais prestigiadas ou mais discutidas da ciência neotestamentária do século passado: Barret, Bultmann, Dodd, Conzelmann, Gnilka, Grelot, Harnack, Hengel, Jeremias, Meier, Pesch, Schnackenburg, Vanhoye, Wilckens e muitos outros. O Papa está bem consciente do risco que corre e por isso deixa bem claro que não nos encontramos perante um documento magisterial. Qualquer exegese é limitada e, por essa razão, sujeita a correção. Identificar no presente livro questões abordadas de maneira insuficiente ou sentir a falta de dados que não foram tomados em consideração não deve escandalizar. Faz parte da natureza de um livro como este.

Mas o risco seguramente valeu a pena. Na discussão das questões exegéticas concretas Ratzinger manifestou, de modo paradigmático, uma exegese simultaneamente crítica e teológica, revelando em muitas ocasiões os pressupostos filosóficos ou culturais que limitam a razão moderna aplicada à Escritura. Vejamos alguns exemplos.

Uma das questões mais discutidas da exegese neotestamentária é tudo quanto diz respeito à Última Ceia: a data, as intenções de Jesus, a sua natureza, as palavras da instituição da Eucaristia, etc. O Papa aborda todos estes problemas mediante um rigoroso exercício da razão, aberta a acolher todos os fatores em jogo. Todos, incluindo os da tradição litúrgica, que possuem um peso histórico inegável. E, em concreto, ilustra a razoabilidade e a plausibilidade histórica do relato, tal como chegou até nós, nos seus múltiplos testemunhos. Mas, com grande inteligência, Ratzinger mostra que nesta discussão não se trata unicamente de dados e razões. Entram em jogo pressupostos culturais modernos que interferem no reto conhecimento.

Efetivamente, “uma parte considerável da exegese atual contesta que as palavras da instituição remontem verdadeiramente a Jesus [...]. A objeção principal [...] pode-se resumir assim: haveria uma contradição insolúvel entre a mensagem de Jesus sobre o reino de Deus e a ideia da sua morte expiatória em função vicária” (II, p. 113). Por

outras palavras, a exegese moderna identificaria dois mundos conceituais diferentes que devem pertencer a dois estratos diferentes e sucessivos da tradição. “Serão realmente dois mundos conceituais diferentes?” interroga-se Ratzinger. Em seu entender, a razão última por que muitos teólogos e exegetas não admitem como originais as palavras da instituição, “... não está nos dados históricos, pois, como vimos, os textos eucarísticos pertencem à tradição mais antiga; olhando os dados históricos, não há nada de mais original do que precisamente a tradição da Ceia. Mas a ideia de uma expiação é algo inconcebível para a sensibilidade moderna. No seu anúncio do reino de Deus, Jesus deveria estar no polo oposto. Em jogo está nada mais do que a nossa imagem de Deus e do homem. Por isso, toda a discussão só aparentemente é um debate histórico” (vol. II, p. 114). “O mistério da expiação não deve ser sacrificado a algum presunçoso racionalismo” (vol. II, p. 216). Todavia, reconhecer este fator, segundo Ratzinger, “requer [...] a disponibilidade pura e simples de não contrapor ao Novo Testamento de modo ‘crítico-racional’ a nossa presunção, mas de aprender e deixar-nos guiar: a disponibilidade de não falsear os textos segundo os nossos conceitos, mas deixar purificar e aprofundar os nossos conceitos pela sua Palavra” (vol. II, p. 115).

Pelo contrário, “as hipóteses exegéticas [...] se apresentam com uma certeza cheia de um entusiasmo, que é apagado pelo próprio fato de serem continuamente propostas posições contrárias e com o mesmo ar de certeza científica” (vol. II, p. 103).

Deste modo, partindo da discussão exegética, Ratzinger ilustra um princípio que ele próprio havia formulado muitos anos antes: “A discussão em torno da exegese moderna não é, no seu núcleo central, uma discussão entre historiadores, mas uma discussão filosófica”¹².

É paradigmática também a discussão sobre a ressurreição de Jesus, na qual se joga o fundamento da nossa fé. O intérprete da Escritura não é alheio à pergunta que o homem moderno, filho de uma certa mentalidade, dirige aos relatos sobre o sepulcro vazio e sobre as aparições: “Mas pode verdadeiramente ter sido assim? Poderemos nós, sobretudo enquanto pessoas modernas, dar crédito a testemunhos do gênero? O

¹² J. Ratzinger, “L’interpretazione biblica in conflitto. Problemi del fondamento ed orientamento dell’esegesi contemporanea”, in *op. cit.*, cap. III, par. 2.

pensamento ‘iluminado’ diz que não” (vol. II, p. 221). A “imagem científica do mundo” pareceria opor-se ao conteúdo destes relatos.

Sobre essa questão, uma vez mais, não intervêm somente os dados históricos ou literários que estão em nossa posse. Está em jogo um certo exercício da razão, como razão aberta. Concretamente está em jogo se a razão admite a categoria da possibilidade que lhe é co-natural, ou seja, se aceita a possibilidade de que o Mistério que fez todas as coisas possa se revelar e o possa fazer num ponto histórico. O dogma iluminista, para o qual o acontecimento histórico não pode ser uma verdade necessária e universal, pesa gravemente sobre a interpretação destes textos. Assim fala Ratzinger ao expor a dificuldade que se enfrenta no momento em que se aceita o testemunho apostólico sobre Jesus que, ressuscitado, passa para uma nova dimensão:

“Há uma dimensão ulterior, além das que conhecemos até agora. Porventura está isso em contraste com a ciência? Verdadeiramente só pode existir aquilo que desde sempre existiu? Não pode haver uma realidade inesperada, inimaginável, uma realidade nova? Se Deus existe, não pode Ele criar também uma dimensão nova da realidade humana? Da realidade em geral?” (vol. II, p. 222).

5. A fase final da parábola histórica

O resultado global desta obra, deixando de lado questões escolásticas ou discutíveis, é mais do que satisfatório, sobretudo porque se centra no objetivo: mostrar uma exegese em ação, crítica e teológica ao mesmo tempo, que alcança o objeto, o Jesus testemunhado pelos Evangelhos, apresentado de modo razoável e plausível como o Jesus “histórico”. Já no prefácio às duas partes do livro Ratzinger adiantava esta intenção:

“Quis tentar representar o Jesus dos Evangelhos como o Jesus real, como o ‘Jesus histórico’ no sentido autêntico. Estou convencido, e espero que também o leitor possa ver, que esta figura é mais lógica e historicamente considerada mais compreensível do que as reconstruções com as quais fomos confrontados nas últimas décadas. Penso

que precisamente este Jesus – o dos Evangelhos – é uma figura racional e manifestamente histórica”¹³ (vol. I, p. 17).

Podemos, portanto, compreender bem a curiosa parábola histórica percorrida pela exegese nos dois últimos séculos e meio: de Reimarus, que partindo da razão e, em nome desta, rejeitando o dogma, se aventura na pesquisa do Jesus histórico à margem dos Evangelhos, até ao *Jesus de Nazaré* de um Papa teólogo que, reivindicando um uso adequado da razão, reconfirma a verdade histórica e a razoabilidade do Jesus dos Evangelhos.

Ratzinger demonstrou assim, em ato, que o contexto mais adequado para a interpretação dos Evangelhos é precisamente o lugar onde nasceram: a vida da fé, a Igreja. Não é inútil a contemporaneidade com a narração, que o Espírito Santo nos garante no seio da experiência eclesial, e que nos permite perceber e entrar em sintonia com o acontecimento de Cristo. O Papa prestou um grande serviço à fé mostrando, nos seus resultados, a verdade deste princípio hermenêutico. Por outras palavras, tornou-se um exemplo daquilo que ele próprio exige aos cristãos, a fim de que a sua contribuição seja decisivo no mundo de hoje: que “a inteligência da fé se torne inteligência da realidade”¹⁴.

Texto publicado pela Sociedade *Litterae Communionis* – Revista *Passos*

As citações extraídas dos 2 volumes: J. Ratzinger / Bento XVI, *Jesus de Nazaré*, Ed. Planeta, São Paulo, 2007 e J. Ratzinger / Bento XVI, *Jesus de Nazaré. Parte II - Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, Ed. Planeta, São Paulo, 2011, estão assinaladas no texto respetivamente como vol. I e vol. II e o número da página.

¹³ “Conjugando entre si as duas hermenêuticas de que falei atrás, procurei desenvolver um olhar sobre o Jesus dos Evangelhos e uma escuta d’Ele que pudesse tornar-se um encontro e, todavia, na escuta em comunhão com os discípulos de Jesus de todos os tempos, chegar também à certeza da figura verdadeiramente histórica de Jesus” (J. Ratzinger / Bento XVI, *Jesus de Nazaré. Parte II - Da Entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, Ed. Planeta, São Paulo, 2011, p. 14).

¹⁴ Cf. Bento XVI, Discurso aos Participantes na XXIV Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para os Leigos, Sala do Consistório, 21 de maio de 2010.